



# Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã  
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA  
Siegfried Emanuel Heuser

# Conjuntura FEE

ANO 21 Nº 12  
Dezembro de 2012

## A produção industrial brasileira em crise

A indústria brasileira voltou a apresentar, em setembro do corrente ano, taxas negativas de crescimento na sua produção física. Com isso, nos três primeiros trimestres de 2012, a indústria brasileira já acumulou uma queda de 3,5% na produção, em relação ao mesmo período do ano anterior. Tal desempenho só veio a confirmar as dificuldades de retomada do crescimento da economia do País no corrente ano, a despeito do esforço governamental em contrabalançar os efeitos da crise econômica mundial sobre a economia brasileira. Faltando apenas as informações do último trimestre do ano, esse fraco desempenho já sinaliza uma taxa negativa no acumulado do ano.

Outro indicador preocupante a respeito da produção industrial brasileira em 2012 são as acentuadas quedas na produção das atividades de material eletrônico e aparelhos de comunicações (-16,3%), veículos automotores (-15,4%), máquinas para escritório e equipamentos de informática (-13,0%) e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-7,5%). No caso das indústrias de bens de consumo não duráveis, tiveram destaques negativos as atividades produtoras de fumo (-15,3%) e vestuário e acessórios (-11,2%).

No que se refere à produção industrial no Rio Grande do Sul, verifica-se que a mesma tem seguido a tendência apresentada pela sua congênera nacional, com uma queda acumulada de 3,1% na produção, nos nove primeiros meses do ano. No caso do Estado, no entanto, as atividades mais prejudicadas pela queda na produção foram as de metalurgia básica (-20,2%), veículos automotores (-16,6%) e fumo (-16,4%). A única atividade industrial no Estado que destoa do desempenho da indústria nacional é a de máquinas e equipamentos, que apresentou, no período em análise, um crescimento de 14,8%.

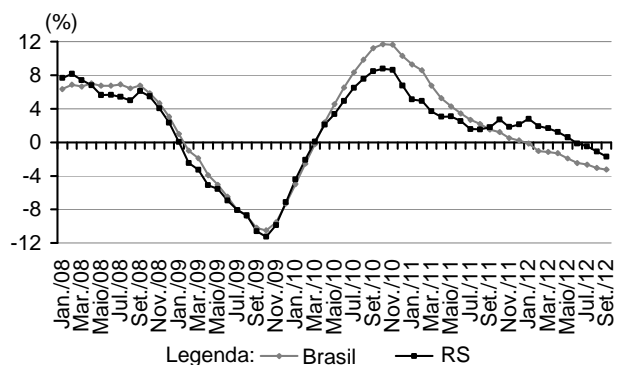
A análise estatística destacada acima parece evidenciar alguns fatos estilizados das realidades econômicas nacional e regional. Em primeiro lugar, tem ficado cada vez mais evidente que a economia brasileira é muito mais vulnerável à crise econômica internacional do que alguns analistas tentaram demonstrar depois do rápido crescimento econômico de 2010. De fato, em que pese aos enormes esforços realizados pelo Governo brasileiro nos últimos anos — no sentido de melhorar a distribuição de renda, estimular o consumo e os investimentos —, a dinâmica da economia brasileira em geral, e da indústria em particular, está fortemente condicionada pelos rumos da economia internacional, em especial dos Estados Unidos e da Europa.

Embora “tecnicamente” a economia brasileira não esteja em recessão, pode-se afirmar que a mesma continua inserida na crise econômica mundial.

Em segundo lugar, a simetria entre os desempenhos (ver gráfico) não é surpreendente, uma vez que o parque industrial do Estado mantém estreitas relações de compra e venda com o mercado interno nacional e tem sua inserção no mercado externo condicionada pelas mesmas variáveis que afetam a sua congênera nacional. Tais fatos demonstram que não se devem buscar na “economia gaúcha” as razões para o desempenho da indústria aqui instalada. Conforme foi apontado por outros estudos realizados pela FEE já nos anos 80, a atividade industrial que ocorre no território gaúcho nada mais é do que uma parte da indústria brasileira. E não se trata, aqui, de uma questão meramente estatística, onde o RS faz parte da média nacional. Ocorre que a indústria instalada no RS faz parte da estrutura da indústria nacional e se insere na divisão regional do trabalho da economia brasileira. Assim, o seu desempenho deve ser procurado dentro da lógica nacional de crescimento e acumulação, e não da regional.

Portanto, a retomada do crescimento da produção industrial em 2013 dependerá tanto da manutenção da atual política econômica quanto da recuperação da economia mundial.

Taxa acumulada em 12 meses da variação na produção física da indústria de transformação do RS e do Brasil — jan./08-set./12



FONTE: PIM-IBGE.  
FMI.

André Luis Contri  
Economista, Pesquisador da FEE

## Mão de obra feminina na construção civil da Região Metropolitana de Porto Alegre

A indústria da construção civil sofreu forte expansão em período recente, sendo ela um dos setores com grande potencial gerador de empregos, sobretudo no meio urbano. Sua importância econômica está relacionada, portanto, ao mercado de trabalho, mas não somente a isso. A construção tem uma grande capacidade de contribuir com o dinamismo de muitos outros segmentos industriais e de serviços, além do elevado volume de recursos financeiros que mobiliza em suas operações.

Embora já se manifestasse em 2006, a retomada da atividade consolidou-se nos anos de 2007 e 2008, atingindo níveis de crescimento inéditos desde a desativação do BNH. Com oscilações de lá para cá — e um arrefecimento em 2012 —, a indústria da construção civil mantém-se dinâmica, contando com os importantes estímulos das políticas governamentais.

Nesse contexto, é de se esperar o aquecimento do mercado de trabalho, sobretudo levando-se em conta que se trata de um setor intensivo em mão de obra. Assim, a demanda por trabalhadores qualificados e não qualificados vem intensificando-se, e, mais recentemente, em função das obras relacionadas aos eventos internacionais que terão lugar no Brasil, a disponibilidade de mão de obra tende a constituir-se em um dos “gargalos” apontados pela classe empresarial.

A introdução da mão de obra feminina na construção é uma alternativa que, embora não solucione a falta verificada, traz uma inovação significativa, que é a inserção de mulheres num meio tradicionalmente masculino. Analisando a RMPA, com base nos dados de emprego formal da RAIS, constata-se que o percentual de mulheres empregadas na construção passou de 6,8% (2.658) em 2007 para 8,6% (6.047) em 2011. É claro que o contingente

feminino ainda é pouco expressivo em relação ao total de empregados, porém cabe salientar seu crescimento.

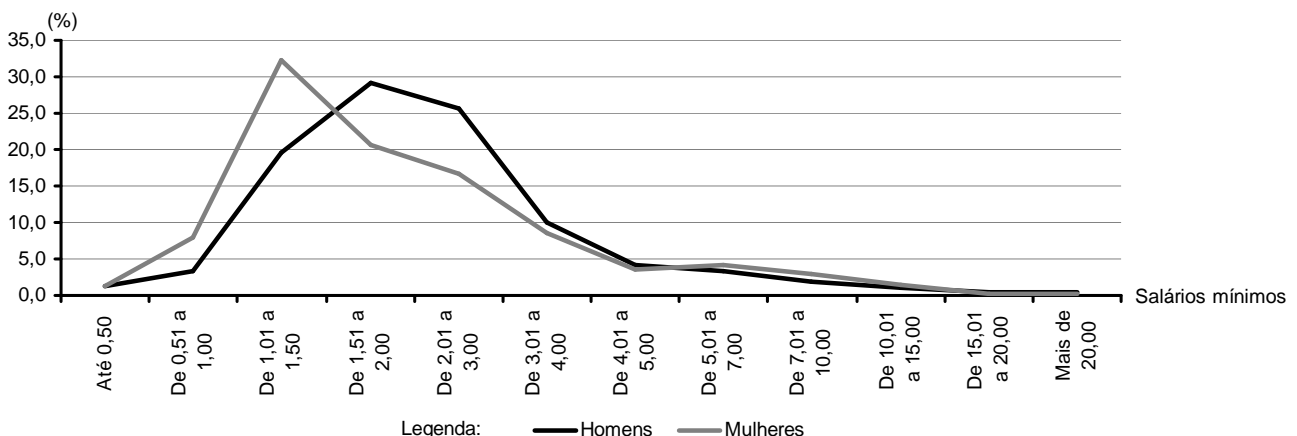
A participação feminina nos canteiros de obras passa por qualificação e proporciona a reinserção de mulheres no mercado de trabalho. A proposta de cursos de capacitação no RS iniciou em Canoas, onde foi lançado, em 2006, o Projeto Mulher Aprendiz, uma iniciativa da Prefeitura em convênio com uma ONG. Esse tipo de ação expandiu-se e hoje está presente em diversas cidades gaúchas. A crescente procura por novos cursos levou essa iniciativa a se inserir no Programa Mulheres Construindo Autonomia, da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República.

A tendência é que o trabalho feminino seja bem-visto pelas empresas do setor, que evocam as capacidades de organização, de observar detalhes, de evitar desperdícios, dentre outras, contribuindo para a minimização dos custos de produção.

No que diz respeito à remuneração, os dados para a RMPA, em 2011, indicam que a maior participação do contingente de empregadas é encontrada nas faixas de menor rendimento, sendo que a maior participação dos empregados se encontra em faixas de rendimento levemente superiores. Ou seja, na faixa de 1 a 1,5 salários mínimos, encontram-se 32,3% das mulheres e 19,6% dos homens. Embora não se tenham dados discriminados por função dentro do canteiro de obras, pode-se dizer que o contingente feminino está mais representado nas menores remunerações.

É inegável que a crescente participação de mulheres na construção representa um avanço no sentido de combater a discriminação profissional de gênero. Entretanto espera-se que isso não se faça em detrimento da igualdade de remuneração, o que seria um contrassenso.

Participação dos empregados na construção civil, por gênero, segundo faixas de remuneração, na RMPA — 2011



FONTE DOS DADOS BRUTOS: RAIS-MTE.  
NOTA: Média do ano.

Áurea Breitbach  
Economista, Pesquisadora da FEE

## Classe média e vulnerabilidade na América Latina

Na **Carta de Conjuntura FEE** de junho deste ano (n. 06, ano 21), foi apresentada uma discussão sobre o conceito de classe média, tão em voga no contexto dos atuais debates sobre redução da pobreza e da desigualdade. Naquele texto, foi construída uma crítica quanto à sobrevalorização de uma definição de classe média exclusivamente baseada em um limite (modesto) de renda. O texto conclui que a consolidação de uma classe de consumo (não “média”) é um fato a ser comemorado, mas “[...] isso deve ser feito com a parcimônia de quem sabe que o Brasil ainda não pode afirmar que mais da metade da sua população está livre da vulnerabilidade e pronta para sustentar e incrementar, autonomamente, o seu padrão de vida”.

Pois, no último mês de novembro, o Banco Mundial lançou o relatório **Mobilidade Econômica e Ascensão da Classe Média Latino-Americana**. Um importante elemento desse documento é a definição de classe média adotada, que se baseia em um critério de vulnerabilidade. Segundo o relatório, “[...] uma característica que define a situação da classe média é um certo grau de estabilidade econômica e de resistência a choques” (p. 2). Com base nessa suposição, o Banco Mundial sugere que uma família com mais de 10% de chance de cair novamente abaixo de uma linha de pobreza não pode ser considerada de classe média.

Partindo dessa definição, as estimativas do relatório apontam que o limite inferior de renda para a classe média é de US\$ 10,0 per capita diários (paridade do poder de compra), sendo o limite superior US\$ 50,0. Os que estão abaixo desse limite podem enquadrar-se em duas classes: pobres (abaixo de US\$ 4,0 per capita diário) ou vulneráveis (entre US\$ 4,0 e US\$ 10,0 per capita diário). Para a

América Latina, o estudo aponta que 68,0% da população vivia, em 2009, abaixo desse limite de classe média, com 30,5% em situação de pobreza e os outros 37,5% classificados como vulneráveis. A classe média responde por 30,0%, restando apenas 2,0% com rendas mais altas.

Um destaque positivo apontado é que, especialmente após 2003, houve uma conjunção de movimentos: queda da parcela de pobres e aumento da classe média e dos considerados vulneráveis (estes últimos, que deixaram de ser pobres). Do lado negativo, no entanto, está a constatação de que, no caso da mobilidade intergeracional, que diz respeito à criação de oportunidades iguais para todos, os resultados dão conta de um processo ainda lento: a educação dos pais, por exemplo, ainda define de forma muito significativa a educação dos filhos na América Latina (especialmente no Brasil, no Equador, no Panamá e no Peru). Isso implica que as chamadas condições de origem ainda têm sido pouco alteradas, isto é, as oportunidades efetivas ainda são acentuadamente desiguais, o que gera distorções no futuro.

O relatório do Banco Mundial faz uma contribuição importante ao discutir a questão da vulnerabilidade, ajudando a amenizar a confusão com classe de consumo, apesar de não a eliminar. Ainda mais importante é o debate sobre mobilidade, que relativiza, de certa forma, a utilização da variável renda como definidora de uma classe média. Cabe, agora, aprofundar-se o debate sobre a igualdade de oportunidades, de forma a permitir a definição da classe média de maneira mais definitiva dentro de uma ou duas gerações.

**Ely José de Mattos**  
**Economista, Pesquisador da FEE**

## Governança, política industrial e desenvolvimento

Um dos desafios para o enfrentamento das desigualdades regionais no Brasil está centrado na capacidade do Estado de realizar a coordenação e a execução de programas integrados de governo que incluam mecanismos democráticos de participação social em arranjos institucionais de coordenação vertical e horizontal que envolvam diferentes atores políticos, econômicos e sociais interessados no processo. Nessa perspectiva, a política industrial que vem sendo construída no Rio Grande do Sul desde 2011 tem como base o compromisso com a governança na busca de resultados econômicos.

O modelo de desenvolvimento industrial (2012-14) adotado no Estado caracteriza-se pela conexão entre diferentes políticas de desenvolvimento, elaboradas de forma processual e participativa, em uma modelagem que contemplou, em 2011, o diálogo com cerca de 600 pessoas e 22 grupos de trabalho setoriais. Nesse sentido, destaca-se o Sistema de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (SDRS), organizado pela Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (SDPI) e por seu órgão executivo, a Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI), institucionalizado pelo Decreto nº 48.396, de 26.09.2011, que engloba diferentes atores: os Governos Estadual, Federal e Municipais, os setores privados, as instituições de representação empresariais e dos trabalhadores, bem como instituições da sociedade civil ligadas ao desenvolvimento industrial, à inovação e ao comércio exterior, incluindo instituições internacionais.

A política industrial reúne políticas voltadas para promoção do desenvolvimento: política setorial, política da economia da cooperação e política da firma, articuladas entre si e com instrumentos transversais de financiamento e infraestrutura, cuja execução efetiva depende de uma permanente articulação institucional.

A política da firma, que tem como principal objetivo atender às empresas interessadas em ampliar sua capacidade produtiva ou realizar novos investimentos, apresenta como destaque a Sala do Investidor. É um canal inovador de interlocução que viabiliza projetos de investimento no Estado. De acordo com dados da SDPI sobre a Sala do Investidor, existem atualmente em carteira 220 projetos no total de R\$ 24,4 bilhões. Há expectativa de ingresso na carteira de mais 62 projetos, no total de R\$ 4,8 bilhões, que já foram anunciados por empresas e divulgados na imprensa em 2011-12. Assim, a perspectiva de investimentos para o RS já soma R\$ 29,2 bilhões.

Dessa forma, a política industrial adotada no Rio Grande do Sul não constitui, meramente, uma reação governamental aos desequilíbrios econômicos regionais enquanto falhas no processo de desenvolvimento, mas mostra-se como uma estratégia ativa e abrangente, em uma realidade complexa e dinâmica, em que, dada a limitação dos agentes econômicos, o desenvolvimento se apresenta como resultado do esforço de concertação de todos os atores envolvidos no processo.

**Cristina Reis Martins**  
**Economista, Pesquisadora da FEE**

Tabela 1

Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — maio-out./12

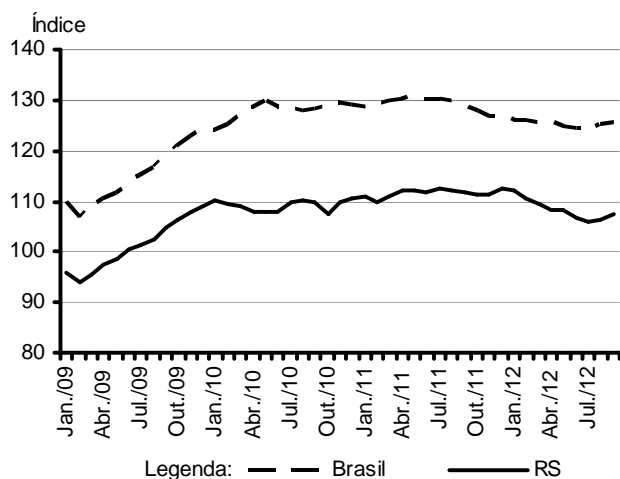
MESES	IPCA			IGP-M			(%)
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	
Mai./12	0,36	2,24	4,99	1,02	2,51	4,26	
Jun./12	0,08	2,32	4,92	0,66	3,19	5,14	
Jul./12	0,43	2,76	5,20	1,34	4,57	6,68	
Ago./12	0,41	3,18	5,24	1,43	6,07	7,73	
Set./12	0,57	3,77	5,28	0,97	7,09	8,07	
Out./12	0,59	4,38	5,45	0,02	7,12	7,52	

FONTE: IBGE.

Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-set./12

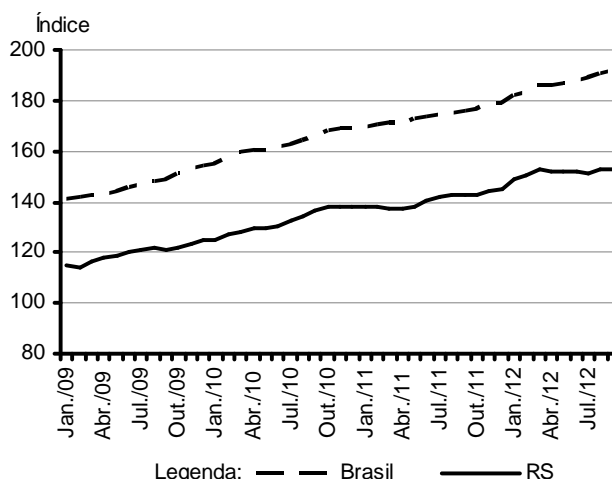


FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.  
2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-set./12



FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.  
2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — maio-out./12

INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Mai./12	Jun./12	Jul./12	Ago./12	Set./12	Out./12		
Taxa de câmbio (US\$) (2) .....	1,99	2,05	2,03	2,03	2,03	2,03	1,93	1,91
Taxa de câmbio efetiva real (3) .....	85,4	86,8	86,4	87,2	87,7	87,6	83,5	82,7
Taxa básica de juros (% a.a.) (4) .....	8,50	8,50	8,00	7,50	7,50	7,25	8,69	9,12
Superávit primário (% do PIB) .....	-0,7	-0,8	-1,5	-0,8	-0,4	-3,2	-2,4	-2,3
Balança comercial (US\$ milhões) .....	2.956	805	2.873	3.226	2.556	1.659	17.384	21.772
Exportações (US\$ milhões) .....	23.215	19.353	21.003	22.381	19.998	21.763	202.360	246.260
Importações (US\$ milhões) .....	-20.258	-18.548	-18.130	-19.155	-17.442	-20.104	-184.976	-224.489
Transações correntes (US\$ milhões) .....	-3.428	-4.389	-3.740	-2.550	-2.596	-5.431	-39.554	-52.203

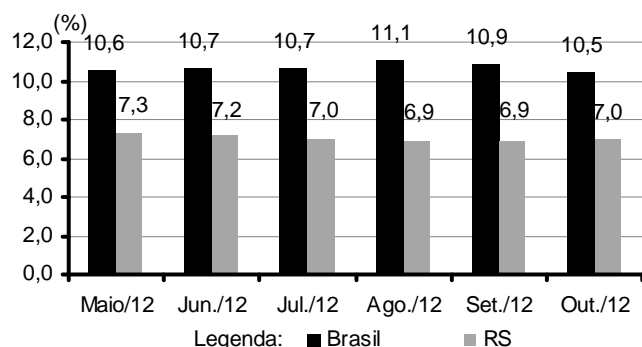
FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês.

## Carta de Conjuntura - Ano 21 nº 12

Gráfico 3

Taxa de desemprego total no Brasil e no Rio Grande do Sul — maio-out./12

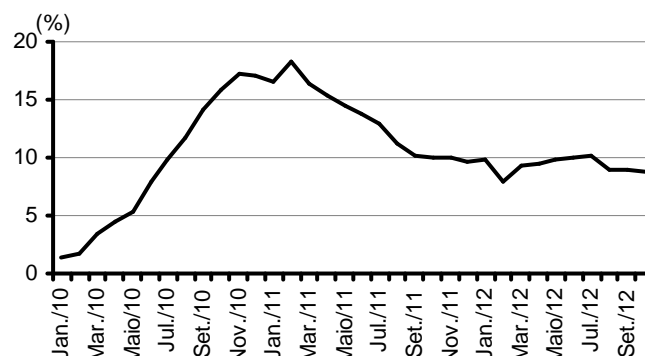


FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. Brasil corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e o Distrito Federal.  
2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4

Taxa de variação da arrecadação do ICMS no Rio Grande do Sul — jan./10-out./12



FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.  
NOTA: Variação acumulada em 12 meses.

Tabela 3

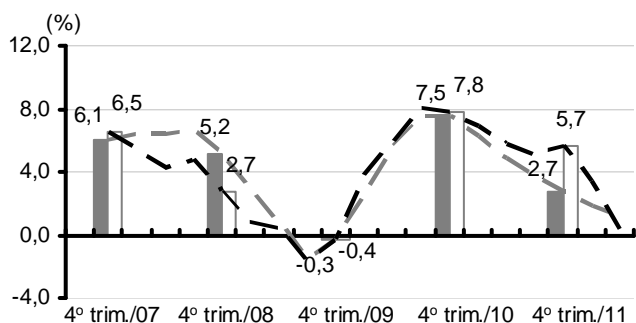
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — maio-out./12

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
	RS	Brasil		Valor		Volume		Preço	
				RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Maio/12	6.787	97.861	6,9	-6,9	3,4	-5,9	3,1	-0,8	0,5
Jun./12	8.515	117.214	7,3	-8,1	-0,9	-7,3	0,2	-0,6	-0,8
Jul./12	10.285	138.217	7,4	-6,9	-1,7	-6,2	0,5	-0,6	-1,8
Ago./12	12.117	160.598	7,5	-6,1	-3,7	-5,9	-0,5	-0,2	-2,7
Set./12	13.615	180.596	7,5	-9,2	-4,9	-9,1	-1,1	0,0	-3,4
Out./12	15.098	202.360	7,5	-9,6	-4,6	-9,7	0,0	0,2	-4,2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

Taxa de variação do PIB, acumulada em quatro trimestres, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 4º trim./07-2º trim./12



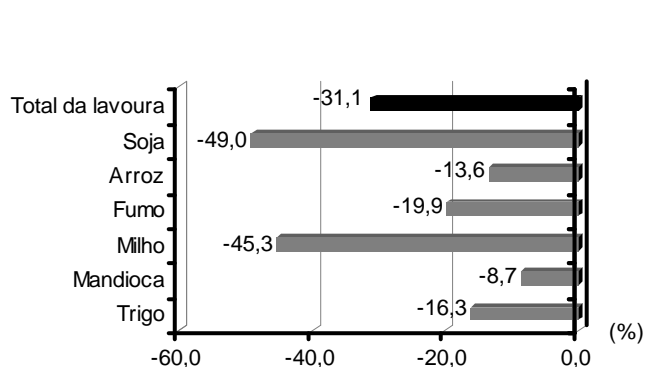
Legenda:

■ PIB do Brasil ■ PIB do RS  
— PIB trimestral (Brasil) — PIB trimestral (RS)

FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIE/NIS.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais culturas no Rio Grande do Sul — out./12



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIE/NIS.

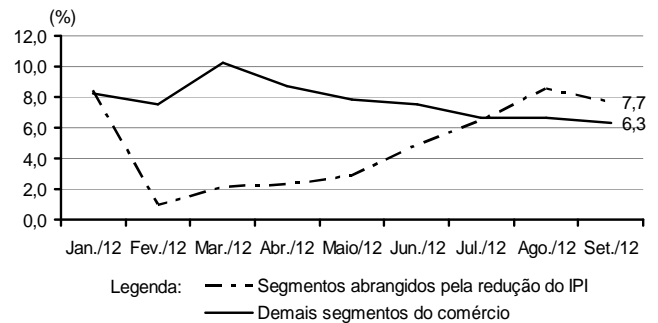
## A redução do IPI e o desempenho do comércio no RS, em 2012

Com estatísticas já divulgadas para os primeiros nove meses do ano, pode-se ter uma noção clara do desempenho do comércio no RS, em 2012. Preliminarmente, observa-se que a desaceleração do setor não é fenômeno tão recente, uma vez que os dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC-IBGE) indicam uma acomodação no crescimento do volume de vendas do comércio varejista ampliado desde o segundo trimestre de 2011. Em segundo lugar, verifica-se, nesse período, uma maior variabilidade dos desempenhos entre os segmentos que compõem a atividade: alguns setores, como supermercados e hipermercados e artigos de uso pessoal e doméstico, cresciam de forma acentuada; já outros, especialmente veículos, motocicletas, partes e peças e material de construção, apresentavam trajetória declinante de crescimento. Aliado à conjuntura industrial desfavorável, esse comportamento, nitidamente assimétrico entre os diversos segmentos comerciais, culminou no anúncio de reduções no Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) aplicável a alguns setores específicos: móveis e eletrodomésticos; veículos, motos, partes e peças; e materiais de construção (segmentos abrangidos, conforme a legenda do gráfico). A questão é: essas desonerações alteraram a trajetória de crescimento das atividades comerciais abrangidas por seus efeitos em relação às demais atividades?

O gráfico sintetiza o crescimento acumulado das atividades comerciais abrangidas e não abrangidas pelas reduções de IPI. Percebe-se, de forma bastante clara, que, a partir da vigência das referidas mudanças (final de maio de

2012), o conjunto dos segmentos abrangidos passou a registrar crescimento significativo, alterando a trajetória recente de baixo crescimento. Enquanto isso, os demais setores registraram declínio na taxa de crescimento acumulada, refletindo a tendência do setor na ausência de estímulos. Conclui-se, portanto, que a redução de IPI suavizou e vem suavizando a desaceleração do comércio varejista no RS, em 2012.

Volume acumulado de vendas nos segmentos abrangidos e não abrangidos pelas reduções de IPI, no RS — 2012



LEGENDA: --- Segmentos abrangidos pela redução do IPI  
— Demais segmentos do comércio

FONTES: PMC-IBGE.  
PAC-IBGE.

**Jéfferson Augusto Colombo**  
Economista, Pesquisador da FEE

## O Novo Código Florestal e a obrigatoriedade da implantação do Sistema de Cadastro Ambiental Rural pelo produtor

O Novo Código Florestal, ou a Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012, que altera a Lei nº 12.651, dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, estabelecendo normas gerais que dizem respeito às Áreas de Preservação Permanente (APPs), às áreas da Reserva Legal, à exploração florestal e ao suprimento de matéria-prima florestal, ao controle e à origem dos produtos florestais e à prevenção dos incêndios florestais. Essa lei prevê instrumentos econômicos e financeiros para alcance de seus objetivos.

O Código prevê a execução do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), que gerencia e monitora as imagens e as informações ambientais obtidas pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR). Este tem por objetivo mapear através de croquis e georreferenciar as APPs e as áreas de Reserva Legal para todas as propriedades rurais, no prazo de um ano. Após esse período, o produtor deverá assinar os Termos de Compromisso Ambiental e de Adesão ao Programa de Regularização Ambiental, comprometendo-se a restaurar as APPs (margem de rios e encostas) e instituir a Reserva Legal (20% da propriedade).

Os pequenos proprietários deverão ser beneficiados quanto à regularização de área de Reserva Legal, podendo averbar a porcentagem de mata nativa existente em 2008, mesmo que inferior ao exigido na lei. Já propriedades com mais de quatro módulos fiscais devem manter como Reserva Legal, no mínimo, 80% do imóvel, se localizado

em área de floresta da Amazônia Legal; 35% da propriedade, se estiver em área de cerrado da Amazônia Legal; e 20% para os imóveis em áreas de campos gerais da Amazônia Legal e nas demais regiões do País, independentemente do tipo de vegetação.

O Estado do Rio Grande do Sul possui aproximadamente 500.000 propriedades rurais, distribuídas conforme mostra a tabela. Se o levantamento dos dados realizado pelo CAR confirmar as informações divulgadas em um estudo da Farsul, o resultado poderá ter um impacto negativo de R\$ 14,4 bilhões na economia gaúcha, devido à redução de 20% área da agricultura para a implantação da Reserva Legal.

A execução da Lei em nível estadual, contudo, deverá enfrentar grandes dificuldades, devido à falta de infraestrutura dos órgãos ambientais para assumir mais essa tarefa.

Estrutura fundiária do RS — 2006

PERCENTUAL DE ESTABELECIMENTOS	ÁREA (ha)	OCUPAÇÃO DE ÁREA RURAL (%)
85,00	<50	24,40
12,46	>50 e <500	32,80
1,83	>500	41,90

FONTES: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

**Antônio Carlos Bueno e Souza**  
Engenheiro Florestal, Pesquisador da FEE



## Crescimento moderado do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre até setembro de 2012

O comportamento do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), no período de janeiro a setembro de 2012, mostrou-se favorável no que respeita à ocupação e ao desemprego, mas registrou queda no rendimento médio real do trabalho, segundo informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA). Todavia, na comparação com os dois anos anteriores, a tônica é uma nítida desaceleração frente ao desempenho mais positivo revelado naquele período, especialmente em 2010. No âmbito da economia, os resultados também caminham nessa direção. Ou seja, embora os impactos da crise internacional tenham sido mais brandos no Brasil, o recrudescimento da crise em período recente, especialmente na Zona do Euro, vem afetando a economia brasileira, que deverá crescer abaixo dos 2% em 2012. No Rio Grande do Sul, os dados para o período são negativos: o PIB do primeiro semestre do ano caiu 4,1% frente a igual período do ano anterior, e as exportações, nos primeiros nove meses, recuaram 9,1% na mesma base comparativa. Para esse comportamento, contribuíram, principalmente, a severa estiagem que atingiu o Estado e a desaceleração das economias avançadas.

Tal desempenho da economia vem refletindo-se no mercado de trabalho da RMPA, constatando-se, para 2012, crescimento mais moderado do nível ocupacional no confronto com o verificado em anos anteriores. Ou seja, o grau de absorção de mão de obra na Região, considerando cada mês frente ao mesmo do ano anterior, vem sendo sistematicamente inferior em 2012, face ao ocorrido no confronto entre 2011 com 2010, exceção feita ao mês de julho, quando a variação foi idêntica. Em consequência, tomando-se os meses de setembro de cada ano, enquanto foram incorporados ao mercado de trabalho 49 mil novos trabalhadores entre 2010 e 2011, houve redução de 14 mil entre 2011 e 2012. Esse resultado reflete o comportamento da ocupação nos principais setores de atividade, com queda na indústria de transformação (-25 mil pessoas) e em comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (-13 mil) e aumento nos setores de serviços e da construção civil, embora não suficiente para contra-arrestar a diminuição nos demais.

A taxa de desemprego total vem declinando desde 2010, mas em ritmo mais moderado nos dois últimos anos. Assim, em setembro de 2012, a taxa de desemprego foi de 6,9% da População Economicamente Ativa (PEA), frente aos 7,7% registrados em setembro do ano anterior e aos 8,5% de setembro de 2010. Cabe ressaltar que, para 2012, a queda na taxa de desemprego ocorreu pela diminuição da oferta de trabalho, visto que a PEA teve redução de 32 mil pessoas entre set./11 e set./12, ao contrário dos dois anos anteriores, em que o crescimento da ocupação foi o responsável pela retração da taxa.

O rendimento médio real do trabalho, por seu turno, vem tendo evolução semelhante. Assim, em agosto de 2012, o valor de R\$ 1.517 situava-se 0,3% abaixo daquele do mesmo mês do ano anterior. Essa variação foi idêntica à

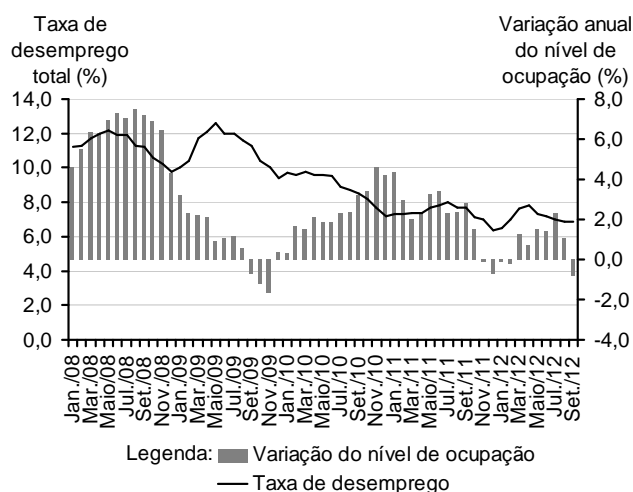
registrada para 2011 nessa base comparativa, mas inverte o desempenho positivo de 2010, quando houve aumento de 4,2%. Esse comportamento do rendimento médio real, associado ao fraco crescimento da ocupação, resultou em uma elevação também mais moderada da massa de rendimentos reais, de apenas 0,6% entre ago./12 e ago./11, percentual abaixo do registrado nos dois anos anteriores, nessa mesma comparação (2,6% em 2011 e 6,5% em 2010).

Portanto, a evolução dos principais indicadores do mercado de trabalho da RMPA para o ano de 2012, até setembro, respalda a avaliação de que estaria havendo um arrefecimento do desempenho mais favorável apresentado desde 2010.

Nesse contexto, o desempenho do mercado de trabalho regional para 2012 está a depender de vários fatores, internos e externos, que nem sempre caminham em uma mesma direção. No âmbito interno, como fatores positivos, o Governo Federal vem tomando medidas de estímulo à atividade econômica e ao consumo das famílias. Entretanto especula-se a respeito da capacidade de endividamento das famílias, cuja demanda tem sustentado o crescimento do PIB nos últimos anos. Quanto às exportações gaúchas, é mais provável que elas devam continuar a sofrer os impactos negativos da crise internacional.

Desse modo, mesmo que a economia venha tendo *performance* mais positiva no segundo semestre, permanecem incertezas de várias ordens, desenhando-se um cenário indefinido para os próximos meses, especialmente devido ao fato de que as circunstâncias externas continuam muito difíceis, destacando-se como principais fatores adversos a continuidade da crise europeia, o débil crescimento da economia dos Estados Unidos e a desaceleração da economia chinesa.

Taxa de desemprego total e variação anual do nível de ocupação na RMPA — jan./08-set./12



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: A taxa de desemprego total é composta pela soma das taxas de desemprego aberto e oculto.

Míriam De Toni  
Socióloga, Pesquisadora da FEE

## Gestão macroeconômica e o cenário para 2013

Vistos mais de 20 anos sem crescimento econômico elevado e sustentado, o período 2004-10 marcou uma retomada na economia brasileira, de modo que os holofotes na cena internacional apontaram para o Brasil. Às despedidas de 2012, no entanto, é transcorrido o segundo ano consecutivo de um frustrante desempenho da atividade econômica do País. O ano que se avizinha traz as esperanças de melhoria no desempenho progressivo, de modo a manter o Brasil na vitrine.

Os gestores macroeconômicos têm consciência da importância de retomar o incremento consistente do produto. Não apenas para manter os baixos níveis de desemprego e dar continuidade ao processo de melhoria de distribuição de renda, mas também para que o Brasil se consolide como um grande receptor de investimento externo. Iniciados os anos de 2011 e 2012, a expectativa de crescimento estava na ordem de 4%, o que não se configurou. Diante disso, um desempenho econômico mais forte em 2013 torna-se imperativo.

Em face dessa necessidade, o Governo Federal pôs em marcha alterações na política cambial, na política monetária e na política fiscal. No que tange à política monetária, houve uma inflexão relevante em agosto de 2011. Desde lá, ficou nítido que o Banco Central aumentou o peso da variável “crescimento econômico” em suas decisões, em detrimento do controle de preços. Mais do que uma transformação conjuntural, essa alteração estremece estruturas da economia brasileira e do setor financeiro em particular. Para além da pressão do Governo sobre os bancos comerciais para reduzirem seus *spreads*, a mudança do patamar de juros reduz o custo de oportunidade das empresas e o custo do crédito propriamente dito. Tal evento mostrará seus efeitos no médio e no longo prazo, atraindo investimentos, espera-se, para o avanço das infraestruturas portuária, aeroportuária, rodoviária e ferroviária. Ao mesmo tempo, a demanda é estimulada devido ao seu impacto creditício.

Em outra frente, a taxa de câmbio saiu de um patamar de R\$ 1,60/US\$ em 2011 para acima de R\$ 2,00 desde maio de 2012, estabilizada pelas interferências do Banco Central. O preço do câmbio altera a concorrência externa que as empresas brasileiras enfrentam, podendo deslocar a demanda dos importados para a produção doméstica — principalmente, quando se tem em conta que o crescimento das vendas do comércio não tem sido acompanhado pela produção, refletindo que a demanda está sendo suprida com importados e com redução de estoques.

No âmbito da política fiscal, ocorreram diversas desonerações sobre bens de consumo, sobre bens de capital, sobre a folha de pagamento dos setores mais expostos à concorrência externa, além de alterações pontuais em alguns tributos, de modo a melhorar a competitividade dos produtos nacionais, tais como a unificação do ICMS interestadual nas importações e desonerações de investimentos com redução do IPI e PIS/Cofins. Algumas dessas medidas visaram também conter a inflação e auxiliar na flexibilização monetária. Em que pese à política fiscal ainda restritiva sob o ponto de vista dos gastos, o superávit primário de 2012 não chegará aos prometidos 3,1% do produto. De toda sorte, cumpre salientar que o superávit primário não considera a despesa com juros — historicamente alta no Brasil —, que deve ser reduzida nos próximos anos, devido às alterações monetárias. Assim, salutar parece um olhar menos atento ao superávit primário, já que o endividamento é um problema menor atualmente.

As políticas expostas relativizam os pilares do tripé macroeconômico (superávit primário, metas de inflação e câmbio flutuante) e trazem à tona a discussão se a baliza da política econômica vigente desde 1999 foi abandonada ou não. É possível afirmar que ela foi flexibilizada, ao menos, tendo maior foco no crescimento.

Um tema que também preocupa é a ascendência do déficit nas transações correntes brasileiras. Ainda que a depreciação da taxa de câmbio amortize essa vazão de capitais, o balanço de pagamentos está cada vez mais vulnerável aos instáveis preços internacionais das *commodities* e aos capitais externos, variáveis que não estão sob controle direto dos *policy-makers*. O referido déficit está sendo coberto pelo fluxo de capitais, e este se amplia com crescimento econômico, mais um fator que exige um bom desempenho de 2013.

Novamente, a expectativa de retomada do crescimento econômico é transposta para o ano subsequente. Porém, ao contrário de 2012, 2013 terá início com mudanças progressivas mais relevantes na gestão macroeconômica. Sem a aguardada resposta aos estímulos pelo terceiro ano seguido, impor-se-ão políticas mais agressivas. De todo modo, o Brasil aproveitou o momento de menor crescimento, em meio a condições internacionais encorajadoras, para efetuar uma mudança estrutural significativa: reduzir o patamar dos juros. Esperam-se os resultados.

**Róber Iturriet Avila**  
Economista, Pesquisador da FEE

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 30.11.12).

ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.

Tiragem: 250 exemplares.

 **Fundação de  
Economia e  
Estatística**

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti

Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer

Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

**Conselho Editorial:** André Luis Forti Scherer, Cecília Rutkoski Hoff, Fernando Maccari Lara, Renato Antônio Dal Maso, Roberto da Silva Wiltgen, Carlos Roberto Winckler, Sílvia Horst Campos e Maria Lucrecia Calandro.

**Núcleo de Dados:** Rafael Bernardini Santos (coordenação) e Ana Maria de Oliveira Feijó.

**Editoração:** Susana Kerschner (revisão) e Jadir Vieira Espinosa (diagramação).

**Fundação de Economia e Estatística**

**Siegfried Emanuel Heuser**

Rua Duque de Caxias, 1691

Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: carta@fee.tche.br

Twitter: @cartafee

www.fee.rs.gov.br